

**A educação de povos originários (indígenas), africanos e afrodescendentes
no Brasil.**

Organizador

Lúcio Álvaro Marques (UFTM)¹

A universidade brasileira enfrenta uma cruzada política, por um lado, os recursos e fomentos estruturais e científicos são contingenciados estrategicamente e, por outro, os discursos contra a ciência em todas as formas tomam conta da pauta pública que visa não apenas desacreditar a ciência quanto bani-la da esfera política. Nesse cenário, emerge o que há de pior no obscurantismo anticientífico e na difusão de políticas contrárias ao desenvolvimento educacional, político e social. Somando isso aos efeitos devastadores da pandemia de Covid-19 e à desvalorização histórica da educação brasileira, o resultado não é dos mais animadores, porém não se trata de uma novidade. Essa política avessa à educação já é conhecida de longo tempo, afinal “a crise educacional do Brasil da qual tanto se fala, não é uma crise, é um programa. Um programa em curso, cujos frutos, amanhã, falarão por si mesmos” (RIBEIRO, 2015, p. 31). Esse programa em curso foi criticado por Darcy Ribeiro em 1997, na 29ª reunião da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC, cuja presidência foi assumida agora por Renato Janine Ribeiro como primeiro filósofo à frente da instituição). Depois de mais de duas décadas, lendo o título dessa conferência naquela reunião, podemos dizer que ele está falando *sobre o óbvio*. Nessa conferência Darcy Ribeiro desvela o programa em curso na educação nacional, e o resultado não poderia ser mais patente: vivemos sob o ataque do obscurantismo anticientífico e na luta contra a privatização do ensino público.

Esses dois traços revelam um déficit ainda mais grave em nossa história: o projeto político nacional não visa o desenvolvimento do país, ao contrário, irradia a manutenção do atraso cultural, fomenta a condição de subdesenvolvimento econômico e alarga o fosso da desigualdade social, política e econômica na sociedade brasileira. A consequência é o fortalecimento dos vínculos de dependência econômica e cultural em relação aos países desenvolvidos. Essa dependência se mostra tanto na cópia servil das modas estrangeiras quanto no mimetismo cultural e político do que, não poucas vezes, já foi abandonado nas metrópoles norte-atlânticas. Na quinta parte do ensaio *Literatura e*

¹ Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM). Coordenador do grupo de pesquisa *Studia Brasiliensia* (CNPq). Contato institucional lucio.marques@uftm.edu.br

subdesenvolvimento (1970), Antonio Candido mostra como o reconhecimento da realidade nacional e a certeza do necessário empenho político pelo futuro do país se impõem como urgências quando a “consciência de país novo” e a “consciência do subdesenvolvimento” são reconhecidos no pensamento críticos ainda que esteja sob o véu de formas de pensamento mimético. É por isso que a questão indianista e a condição dos ex-escravizados se impõem às pautas compreensivas relativas à realidade brasileira.

A condição dos povos originários e dos negros é crescentemente marginalizada, sobretudo pensando nas reiteradas críticas às cotas e às políticas afirmativas. O curso social parece se identificar àquilo que Achille Mbembe nomeia o *devoir-negro do mundo* (2014, p. 18): isso significa que não apenas os povos de origem africana, mas quaisquer povos situados na periferia do neoliberalismo perde a condição de autodeterminação e, passo a passo, configura-se como parte do descartável e do solúvel, isto é, os povos periféricos se tornaram partícipes da condição de vidas inúteis e desconsideradas, por isso se encontram dentro do *devoir-negro do mundo*. O que não está explícito na crítica de Mbembe é que, para nós que estamos na periferia do neoliberalismo, a condição desse *devoir-negro* afeta não apenas à populações originárias e negras, mas toda a sociedade. E, como os povos originários e negros sempre estiveram em situação menos favorecida na sociedade brasileira, então sofrem agora uma dupla exclusão: excluídos da sociedade brasileira que nunca os integrou e reconheceu dignamente e novamente excluídos, enquanto partícipes de uma sociedade periférica destinada a viver às margens do neoliberalismo e condenada ao *devoir-negro do mundo*.

É nessa condição epistêmica que pensamos. Na condição de país subdesenvolvido cuja política neoliberal interna e externa reforça mais e mais os vínculos de dependência. Uma dependência que não se resume à condição financeira, mas também cultural e social de uma população excluída sem sinal de redenção nem esperança de messianismo. Resta ao intelectual, a tarefa de pensar o projeto de país e, por tabela, de sociedade e educação, sem a ilusão de se ancorar nas teias do sentido. Por isso, pensar o país em que estamos é uma tarefa cada vez mais dilacerante, pois se trata de pensar formas de vida desprovidas de sentido e de esperança. Nessa condição periférica e culturalmente dependente, não se deve temer o reconhecimento de que os supostos modelos norte-atlânticos estejam tão degradados e corrompidos quanto nós mesmos. Enquanto país subdesenvolvido, a trama da dependência cultural não raro induz à formação de um “país de plagiários natos” (ARANTES, 2021, p. 80). Reféns do viralatismo cultural, não poucas vezes, as teorias se prestam apenas ao mimetismo e ao

comparatismo com os países hegemônicos. Não é raro reconhecer no discurso de muitos teóricos brasileiros das mais variadas frentes um “teórico norte-atlântico fazendo *home office* no Brasil”, segundo a feliz expressão de José Crisóstomo de Souza. É contra esse tipo de intelectualidade que se voltam os esforços de pensar o sentido da vida acadêmica entre nós e, de modo especial, em relação aos povos originários e negros. Pensar o país como uma tarefa que não apenas engloba a análise das condições social, econômica e política, mas que também exige uma atenção especial ao projeto de educação por vir.

O mimetismo teórico simplesmente reforça os vínculos de dependência cultural e o comparatismo acadêmico sempre procura, na razão alheia, as teorias para justificar nossa própria falta de compromisso com a realidade. É nesse sentido que há um núcleo teórico nos textos reunidos neste volume. Eles se pautam de forma mais ou menos explícita pelo compromisso de pensar a condição dos povos originários (quer pela análise das políticas públicas em torno da multiculturalidade e do multilinguismo quer da imagem produzida pelo indianismo literário), dos negros (tanto as legislações abolicionistas sem força de lei quanto a exclusão dos corpos negros na sociedade de mercado brasileiro e, neste caso, o que está em curso não é apenas a visão racista do mercado, mas a imposição de um cânon do mercado que torna a mão-de-obra operária, o trabalho vivo, obsoleto) e da produção acadêmica (por um lado, pensada no âmbito da escrita acadêmica, por outro, analisada na ótica dos movimentos artísticos enquanto potências críticas e decoloniais). Os artigos reunidos neste volume estendem-se desde o pensamento da ancestralidade dos povos originários e negros à necessidade de pensar outramente as categorias econômica, social e política em uma perspectiva pluritópica. Por fim, pretende-se pensar em um mundo desprovido de sentido, a função do conhecimento universitário e sua possível contribuição decolonial para a compreensão da realidade em que nos situamos e vivemos.

Longe da pretensão de estabelecer qualquer forma de separatismo e recusa de diálogo com as culturas estrangeiras, o que conduziria teoricamente ao provincianismo estreito da cultura nacional. Igualmente distante da tentação de manter a reflexão nos cânones da continuidade teórica das interpretações vigentes, que privilegiam as políticas do eixo norte-atlântico historicamente privilegiado. O que se quer com este volume é uma terceira via: interrogar a origem das formas de pensamento dos povos originários, dos negros e dos saberes universitários. Não se busca um pensamento novidadeiro com estes textos, mas uma abordagem original, ou seja, uma análise capaz de tematizar o lugar do indígena, do negro e da universidade na sociedade atual. A bem da verdade, se

há um compromisso irrenunciável em nosso tempo é a tarefa de pensar criticamente sem deixar que a idolatria da ignorância e do obscurantismo sobreponha-se à força do ensino e ao papel do intelectual na sociedade em que vivemos. Mergulhados em um mundo de mudanças contínuas, o projeto de um país democrático não pode ser abandonado às mãos daqueles políticos profissionais que lutam contra a democracia. Ao contrário, a condição de construção de uma sociedade democrática requer necessariamente a atuação da universidade não apenas para pensar o projeto de país, mas para questionar os projetos anti-democráticos, incapazes de incluir todos os povos em um país justo e decente.

Referências

ARANTES, P. E. **Formação e desconstrução: uma visita ao Museu da Ideologia Francesa**. São Paulo: Duas Cidades / 34, 2021.

CANDIDO, A. **Literatura e Subdesenvolvimento (1970)**. In: **A educação pela noite**. 6ª ed. Rio de Janeiro: Ouro Sobre Azul, 2011.

RIBEIRO, D. **Ensaio insólitos**. 3ª ed. São Paulo: Global, 2015.

ISSN: 2359-1064

